

**Por onde Andou a Teoria Crítica no Brasil?
(o GT de Teoria Social na Anpocs – 1998-2007)**

Céli Regina Jardim Pinto

Introdução

Nos últimos vinte anos, a produção sociológica brasileira abriu um grande espaço para a chamada Teoria Crítica. A leitura dos alemães Habermas e Honneth e dos norte-americanos da New School of Social Research, de Nova York, como Arato, Cohen, Fraser e Benhabib, entre outros, tem ancorado uma importante discussão que retoma questões clássicas da modernidade, como igualdade, liberdade, justiça, emancipação, e incorpora temas e problemas postos pelos chamados pós-modernos, como globalização, multiculturalismo, gênero, etnia, reconhecimento, identidade.

Tendo em vista essa produção muito prolixa e diversificada quanto aos temas e autores, foi criado, em 1998, o Grupo de Trabalho de Teoria Social na Anpocs, que tem se reuni-

do como GT ou como ST (Seminário Temático) anualmente, congregando um expressivo grupo de pesquisadores que são responsáveis por uma significativa parcela da produção em Teoria Crítica no Brasil. A diversidade dos temas tratados e o significativo número de publicações desses pesquisadores, em livros e revistas acadêmicas, favoreceu a verificação, neste trabalho, do atual estado da arte da Teoria Crítica.

Em dez anos, o GT Teoria Social teve três edições e se organizou em três ST, onde foram apresentados 120 trabalhos por 80 pesquisadores. Identifiquei, nesse conjunto, quatro grandes temas: Teoria Social/Crítica; Autores; Modernidade (globalização); Distribuição/Reconhecimento (cidadania-democracia). Um pequeno grupo de trabalhos sobre temas dispersos foram classificados como outros.¹

Tabela 1
Temas dos Trabalhos Apresentados no GT/ST (1998-2007)

Ano	Tema				
	Teoria Social/Crítica	Autores	Modernidade (globalização)	Distribuição/Reconhecimento (cidadania-democracia)	Outros
2007	****	****	—	**b	*
2006	**	**	*	****b	**
2005	***	b	*****b	*	—
2004	***	*bbb	**b	b	*
2003	****	**	**b	**	—
2002	****	*	****b	***	—
2001	***	*	****b	*bb	—
2000	****	****	*	*b	*
1999	*****		**	****b	—
1998	*****b	**	*	*	—

Fonte: Cadernos da Programação do Encontro Anual da Anpocs (1998-2007).

^b Artigos que se referem explicitamente a temas brasileiros no título.

Tais dados demonstram que o GT, ao longo desse tempo, construiu um núcleo de temas em torno dos quais centrou a discussão. Em que pese os trabalhos específicos sobre o Brasil não terem grande presença (foram quinze deles, perfazendo 14,1% do total), há um número expressivo e contínuo de trabalhos que discutem a Modernidade e o binômio distribuição/reconhecimento e isso tem um significado especial, porque, quando analisado seus conteúdos, verifica-se um foco muito bem definido em problemas que se referem não à modernidade eurocêntrica mas a questões de justiça social e democracia de regiões periféricas.

Em relação aos trabalhos que tratam especificamente de Autores, é bastante perceptível, por um lado, a preocupação com o resgate dos clássicos e, por outro, a quase absoluta ausência de autores brasileiros. Nesse *corpus*, identifiquei 22 estudos que tratam especificamente de autores, explícitos nos títulos. Ao contrário do

que se poderia esperar, há muito poucos títulos que discutem autores ligados à Teoria Crítica de origem frankfurtiana (dois tratando de Habermas e um de Benjamin). Simmel, Bourdieu, Luhmann, Weber, Hume cada um deles foi tratado o mesmo número de vezes que Habermas.² A discussão a respeito de autores brasileiros se restringe a Gilberto Freire, Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento – os dois últimos por suas relações com a questão do negro no Brasil.

A análise que se segue foi baseada na produção dos três últimos anos (GT 25 – Teoria Social e a Multiplicidade da Modernidade, 2005 e 2006; e ST 33 – Teoria Social: a Atualidade Brasileira, 2007). Esse recorte deveu-se a um motivo de ordem prática, principalmente metodológica, a saber: ao buscar conhecer o estado da arte da Teoria Crítica, pareceu-me razoável examinar a produção mais atual (Tabela 2).

Tabela 2
Temas dos Trabalhos Apresentados no GT/ST (2005, 2006 e 2007)

Ano	Tema				
	Teoria Social/Crítica	Autores	Modernidade (globalização)	Distribuição/ Reconhecimento (cidadania-democracia)	Outros
2007	****	****	—	**b	*
2006	**	**	*	****b	**
2005	***	b	*****b	*	—

Fonte: Cadernos da Programação do Encontro Anual da Anpocs (2005-2007).

^b Artigos que se referem explicitamente a temas brasileiros no título.

Nesse período foram apresentados 36 trabalhos, dos quais tive acesso ao texto completo de 25 deles.³

A seguir, percorri cada um desses temas considerando os autores e seus textos. Evidentemente tais temas se sobrepõem a outros; sua classificação foi feita com base na ênfase dada pelos autores.⁴

Descrição dos Temas dos GT/ST entre 2005 e 2007⁵

*Modernidade*⁶

A problemática da modernidade traz uma questão presente em quatro dos cinco textos examinados: o questionamento sobre a modernidade e a América Latina. Isto é especialmente importante de ser anotado, na medida em que o trânsito entre a discussão teórica e as

particularidades da América Latina e do Brasil é, ao mesmo tempo, uma questão central e particularmente delicada da Teoria Crítica.

Os autores e artigos analisados foram os seguintes: (1) José Maurício Domingues, “A sociologia brasileira, a América Latina e a terceira fase da modernidade” (2005); (2) Carlos Alfredo Gadea Castro, “A dinâmica da modernidade na América Latina. Sociabilidades, institucionalização e disciplinamento” (2005); (3) Annie Dymetman, “Excessos da modernidade: exceção e razão dualista” (2005); (4) Antônio Flávio de Oliveira Pierucci, “Em busca da forma elementar da modernidade religiosa” (2005); (5) Gabriel Peters, “Teoria crítica e sofrimento a distância” (2006).

A discussão sobre a modernidade traz em si perguntas que necessitam de premente abordagem: Há uma modernidade na América Latina? Ela pode ser pensada a exemplo da modernidade ocidental? Qual é a importância para o continente de perseguir esta condição?

O texto de Domingues é central nesta discussão porque, entre outros aspectos, nos proporciona um dos raros momentos, na produção do GT, em que um autor se debruça sobre a teoria sociológica brasileira. Ele percorre a sociologia clássica nacional para, a seguir, buscar elementos ao que denomina “uma teoria da modernidade contemporânea na América Latina”. Para ele, a identificação feita da região com a teoria da modernização era pouco feliz, de modo que ele vai a Giddens e Habermas para adequar o conceito: “incluir em sua definição não só o capitalismo mas também o imaginário e as outras dimensões institucionais da modernidade, sem privilegiar a dimensão econômica da vida social” (p. 7). Domingues expõe as três fases da modernidade para se deter no que seria a terceira fase, “caracterizada pelas cidades ‘projetos’ e pela ‘expansão das redes’ sociais, acompanhadas de suas teorias leigas da Justiça”.

Essa noção lhe permite entender o presente momento latino-americano: “Com o

conceito de terceira fase da modernidade, contemplado pelo desenvolvimento desigual e combinado, creio ser possível propor uma compreensão geral da América Latina contemporânea” (p. 10). Deve-se atentar para a inflexão que Domingues faz acerca do continente latino-americano ao introduzir a noção de hierarquia que convive *pari passo* com a de mercado (p. 13).

O autor conclui seu texto apontando a necessidade de uma teorização sistemática sobre a América Latina que “não fique prisioneira de soluções pontuais (tão a gosto do neoliberalismo) nem de fatos; que, portanto, os leve em conta, mas saiba interpretá-los dentro de um marco mais robusto, de modo a responder aos desafios postos pelos desdobramentos dessa nova etapa da modernidade, buscando também soluções de cunho mais sistêmico” (p. 16).⁷

Gadea, em seu artigo, busca caracterizar a modernidade na América Latina defendendo a tese de que a confusa modernidade latino-americana permite que seja interpretada como pós-modernidade de forma equivocada. A exemplo de Domingues, Gadea identifica um hibridismo nessa modernidade. Segundo o autor:

lo moderno en América Latina no parece presentarse consecuente con el proceso histórico e ideológico de la Ilustración europea del siglo XVIII, sino que más bien se inicia y consolida, paulatinamente, con la industrialización masiva, la urbanización en gran escala y los diferentes dispositivos de racionalización de la vida cotidiana. Las líneas mayores del desarrollo y la modernidad requieren de una interpretación del sentido de los procesos históricos de *disciplinamiento social y uniformidad cultural* (Gadea, p. 22). (*grifo do autor*)

De maneira muito firme, Gadea aponta a característica heterodoxa e mutante da modernidade no continente, constituída inclusive de formas pré-modernas:

No se trata de otra cosa que de cuestionar una forma de interpretar la realidad social latinoamericana que se basa en los *a priori*s de la posibilidad de comprender y “legislar”, de ofrecer coherencia a las prácticas sociales y racionalidad a las acciones. [...] De esta manera, no se puede escapar a otro principio constitutivo de las instituciones de la modernidad: el *principio de fragilidad*, ya que cada vez menos tienen en donde fundamentar sus prácticas y discursos, nada que no sea provisorio, parcial y contingente, nada desde lo que pueda tratar de legitimar (y convencer) a partir del metarrelato del progreso, la historia y el desarrollo (*idem*, p. 25). (*grifo do autor*)

O terceiro texto, de Dymetman, trata a modernidade no plural: modernidades do Primeiro e do Terceiro Mundo. Parte das exceções aos princípios da modernidade no centro e na periferia. Sobre o Primeiro Mundo, é enfática:

Assim, numa trajetória iniciada pelo projeto político da modernidade, pelo direito que substitui a força, passando pela exceção – forma soberana pela qual a democracia suspende a democracia – e constituindo o *homo sacer* contemporâneo, o desumanizado sem direito à vida política e condenado a viver a vida nua –, é que vai se transformando a forma político-jurídica do primeiro mundo, que terminou desembocando na indústria e na economia da morte e que tem se reproduzido, seja como “limpeza étnica”, como “crimes de guerra”, enfim, como “terror de Estado” (Dymetman, p. 3).

Em relação à periferia, Dymetman assume as teses de Francisco de Oliveira, do subdesenvolvimento como princípio articulador do capitalismo mundial, baseado nas formas de extração da mais-valia. Em consequência, o

fracasso do projeto político da modernidade está, tanto no centro como na periferia, manifestando-se, todavia, de modo diverso:

[...] a diferença entre o centro e a periferia é que, na periferia, a tragédia aparece como exceção permanente, como condenação à vida nua, como “persistência de condição sem esperança” (Terry Eagleton), enquanto, no centro, a tragédia aparece de forma inusitada, espetacular, surpreendente, como o 11 de setembro, o que, por isso mesmo, justifica o terrorismo de Estado, o paradoxo de um terror preventivo de Estado (Dymetman, p. 24).

Nos três textos já abordados, evidenciam-se duas vertentes teóricas: uma associada a uma visão de modernidade discutida no âmbito da Teoria Crítica contemporânea, que a entende como ferramenta analítica para explicar a América Latina, e outra, de formato mais tradicional, que assume teses marxistas clássicas e desconstrói o conceito ou a própria condição de modernidade, identificando-a como a forma de exploração capitalista no Terceiro Mundo.

O quarto texto, de Pierucci, discute a religiosidade no Brasil, buscando resposta para o fato de, nos últimos anos, os cultos afro-brasileiros, como o candomblé, terem perdido crenças, enquanto as religiões pentecostais têm aumentado, significativamente, o seu número de fiéis, principalmente entre a população negra. Pierucci confronta a noção de religião étnica à de religião universal. O autor, citando largamente Weber, encontra na noção de universal a chave para explicar a questão:

Seu esquema [de Weber] a cada dia me parece mais atual, principalmente quando me vejo às voltas com o novo desafio de enfrentar teoricamente a *modernidade religiosa brasileira* em plena tardo-modernidade globalizada. [...] Nesse contexto ele

põe em relevo uma forma de religiosidade que ele chama de “congregacional”, caracterizada pelo “rompimento de todos os laços familiares” (Pierucci, p. 19) (*grifo do autor*)

Já Gabriel Peters, quinto e último texto, enfrenta a questão da modernidade global como constituída por modernidades múltiplas ou entrelaçadas, onde a noção de Estado-nação, que até então organizava a própria modernidade, é deslocada por uma “transformação radical nas formas como as práticas humanas são coletivamente organizadas e subjetivamente experienciadas” (Peters, p. 4). Tendo como centro de suas preocupações a questão da responsabilidade na modernidade globalizada, Peters lança mão de um conjunto importante de autores, concluindo sobre a necessidade de reformulação do conceito para enfrentar a problemática.

O autor passa a discutir a responsabilidade coletiva *versus* a individual e a sempre importante questão colocada no duo universal em contraposição ao relativo. Na segunda parte do texto, Peters faz uma inflexão importante no seu argumento, buscando a relação entre a moralidade e o problema do sofrimento a distância, “entre a utopia da solidariedade global e a síndrome da compaixão fatigada” (p. 13), que se caracteriza por um grande descompasso entre a sensibilidade dos atores individuais informados e sua disposição para engajar-se em ações transformativas. Aponta para a grande quantidade de informações a que somos submetidos. Diante disso, indaga-se sobre a ausência de estudos sobre a recepção de todas essas informações, o que, segundo ele, poderia ser uma saída para analisar a questão da responsabilidade na modernidade globalizada, para propor uma possibilidade de saída que possa dar conta do problema sem cair nas “duas posições ideal-típicas” (p. 18).

Autores

Em relação aos textos que tratam especificamente de autores, a primeira observação é a de que os autores abordados nesses três anos, a exemplo do que ocorre nos dez anos do GT/ST, não estão diretamente relacionados com a Teoria Crítica propriamente dita e seus temas preferenciais. Isso, evidentemente, não implica afirmar que tais autores e temas não estejam presentes nos trabalhos do grupo em outros títulos. Quero somente enfatizar que o foco ou o tema é determinado autor.

Vejamos: (1) Carlos Eduardo Sell e Franz Josef Brüseke, “Heidegger, Teoria Social e modernidade” (2006); (2) Artur Stamford da Silva, “A semântica social luhanniana: para uma superação da dicotomia ordem e mudança social” (2007); (3) Fabricio Antonio Deffacci e Vera Alves Cepêda, “Entre o indivíduo e a estrutura social – a ontologia social em Karl Mannheim” (2007); (4) José Luiz Ratton e Marcela Zamboni-Ratton, “Confiança, normalidade e interação: aproximações entre Simmel e Goffman” (2006); (5) Gabriel Moura Peters, “O problema do neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu” (2007); (6) Rodolfo Franco Puttini, “Aproximações entre a teoria do *habitus* de Pierre Bourdieu e o conceito de cultura de Antonio Gramsci” (2007); (7) Antonio Sergio Guimarães, “Resistência e revolta nos 1960: Abdias do Nascimento” (2005).

Os trabalhos apresentados são de natureza muito distinta, mesmo assim é possível agrupá-los da seguinte forma: (I) trabalhos que buscam analisar um autor específico como uma contribuição que está sendo pouco considerada na Teoria Crítica; (II) trabalhos que comparam autores; (III) trabalhos que discutem a obra de um ou mais autores por sua importância em si.

Ao primeiro grupo pertence três artigos. O primeiro deles trata de Heidegger e reivindica a importância do filósofo para a Teoria Social, que teria sido deixada de lado, entre outras

razões, pelo preconceito que há contra o filósofo alemão por sua estreita relação com o regime nazista. O texto é muito afirmativo em defender a incorporação de Heidegger:

Enfim, juntas, a teoria social, a teoria da modernidade e a análise crítica sociocultural de Heidegger nos fornecem elementos para repensar e aprofundar as discussões da sociologia, seja no campo teórico-abstracto da “teoria social”, seja no campo prático-empírico da “teoria da modernidade” e da “crítica social/cultural” (Sell e Brüseke, p. 35).

O trabalho que discute Luhmann tem um traço semelhante com o anterior, no sentido de buscar no autor elementos para discutir questões da Teoria Crítica. Silva busca em Luhmann elementos para explicar questões de violência, desde as impetradas por homens-bomba no Oriente Médio até a violência da periferia das grandes cidades brasileiras. Descartando o que chama de autores que naturalizam a experiência em decorrência da persistência da filosofia kantiana em seu substrato teórico, afirma: “Dentre os sociólogos, localizamos em Niklas Luhmann, com sua semântica social, uma alternativa de saída da lógica iluminista dicotômica, ainda que insistindo em se qualificar como um teórico sistêmico funcional estruturalista” (Silva, p. 8).

O recurso a Luhmann, além dessa questão lógica, explica-se

[...] por sua busca por uma teoria da sociedade mundial contemporânea. Ao insistir na possibilidade de ser construída uma teoria geral (*grand theory*) para a sociedade da sociedade, a teoria dos sistemas autopoieticos é apontada como forte candidata por conter elementos capazes de combinar o fechamento do *self-referential* com a sensibilidade que o ser humano tem

para obter informação e aprendizagem (*idem*, p. 10).

Um terceiro artigo nessa mesma linha, ou seja, de buscar um autor como capaz de dar conta de grandes questões é o que trata de Mannheim. O objetivo é explicitado da seguinte forma:

É pretensão deste trabalho analisar [como] a contribuição de Karl Mannheim pode ser compreendida como um caminho teórico-metodológico capaz de estabelecer uma via alternativa entre a excessiva rigidez do estruturalismo sociológico clássico e a excessiva fluidez das correntes pós-modernas, funcionando como um meio termo entre elas (Deffacci e Cepêda, p. 8).

O segundo grupo de artigos é formado por dois textos: um que compara Bourdieu com Gramsci e o outro Simmel com Goffman. O primeiro é um exercício intelectual que trata de mostrar a identidade entre os conceitos de cultura e *habitus* e sua aplicabilidade para a análise do contexto específico da saúde coletiva no Brasil (Puttini). O segundo texto tem características comuns com os textos do primeiro grupo no sentido de pensar os autores como contribuições pouco apropriadas pela teoria contemporânea:

A despeito de tão profícua produção, o enfoque cognitivista e racionalista da produção teórica contemporânea nas Ciências Sociais não incorporou significativamente as contribuições de Georg Simmel e Erving Goffman sobre o tema e muito menos explorou as eventuais similaridades e diferenças entre as respectivas concepções de confiança destes autores. O objetivo deste texto é contribuir para que isto possa ser feito (Ratton e Zamboni-Ratton, p. 2).

Os textos do último grupo também são dois e tratam de temas completamente diversos. O primeiro ocupa-se da questão do neo-objetivismo, na teoria e na prática, em Bourdieu, discutindo a questão da relação estrutura-agente e argumentando que a solução encontrada por Bourdieu a respeito do encontro do *habitus* com a estrutura é falso. Peters chega a uma conclusão bastante incisiva:

Na medida em que Bourdieu atesta que a reapropriação reflexiva de si mesmo, que está na base da possibilidade de autodeterminação racional, só pode ser levada a cabo por meio da escavação sistemática das estruturas sociais objetivadas na subjetividade do agente sob a forma de um *habitus*, e tendo-se em mente que são pouquíssimas as pessoas que realizaram ou teriam condições de realizar esse trabalho, somos levados a concluir que a imensa maioria dos atores que povoam o mundo social podem ser, assim, fidedignamente caracterizados, na sua perspectiva, como “sujeitos aparentes de ações que têm a estrutura como seu sujeito” (Peters, p. 29).

E o segundo texto desse grupo é muito especial, pois raramente, no GT de Teoria Social, um autor brasileiro é especificamente estudado. Antonio Sergio Guimarães examina a obra de Abdias do Nascimento sobre a luta dos negros contra o racismo no Brasil, e introduz questões centrais da Teoria Crítica, como diferença, feminismo, democracia, racismo e desigualdade:

De real e completamente novo, portanto, Abdias trará ao Brasil o discurso afrocêntrico. É certamente dele que decorrem os pontos mais virulentos do discurso quilombista: “a denúncia do genocídio físico e cultural que estariam sofrendo os negros brasileiros, e a apresentação internacional

da *democracia racial* como discurso supremacista branco” (Guimarães, p. 15). (*grifo do autor*)

Distribuição e reconhecimento

As noções de distribuição e reconhecimento ocupam uma posição central nas discussões contemporâneas da Teoria Crítica e trazem em seu bojo um forte caráter normativo. Atualmente esse debate está muito marcado pela polêmica entre Nancy Fraser e Axel Honneth, publicada no livro *Redistribution or Recognition?*, de 2003. Mesmo arriscando simplificar demasiadamente a discussão, penso que é bastante razoável assumir que há duas questões fundamentais em jogo: a primeira diz respeito à possibilidade de tratar distribuição e reconhecimento como duas noções que podem ser pensadas de forma independente uma da outra; a segunda relaciona-se com o estatuto da noção de reconhecimento.

Os textos examinados foram: (1) Josué Pereira da Silva, “Teoria Crítica na modernidade tardia: sobre a relação entre reconhecimento e redistribuição” (2005); (2) Leonardo Avritzer, “Do reconhecimento do *self* a uma política institucional de reconhecimento” (2007); (3) Rosângela Schulz, “O dilema redistribuição-reconhecimento na investigação da associação de geração” (2007); (4) Luci Frey e Giuliana Leal, “Sobre a desumanização do outro: algumas contribuições para a compreensão dos processos de estranhamento e exclusão” (2006); (5) Tereza Ventura, “Cultura de rua: reconhecimento e inclusão social – São Paulo e Rio de Janeiro” (2006); (6) Denilson Luís Werle, “Tolerância, democracia e os limites do uso público da razão” (2006).

Três desses trabalhos discutem Fraser e Honneth. O de Josué Pereira da Silva argumenta que ambos os autores trazem contribuições importantes para compreensão das sociedades contemporâneas, principalmente dos movimentos de luta por justiça social.

Ao mesmo tempo, ele aponta limitações em ambos:

A teoria de Honneth é bastante promissora para a inteligência dos movimentos sociais contemporâneos, além de introduzir, com o conceito de luta moralmente motivada, um elemento dinâmico na Teoria Crítica. Por outro lado, ela não me parece fornecer os elementos necessários para se compreender a sociedade contemporânea em toda sua complexidade, principalmente sua dimensão propriamente econômica (Silva, 10).

A teoria de Fraser, por outro lado, tem o mérito de recuperar para a agenda teórica e política a noção de redistribuição. [...] Mas sua noção de paridade de participação não parece ter a mesma força mobilizadora que o conceito de luta por reconhecimento (*idem*, p. 25).

E conclui: “Talvez uma combinação das duas abordagens permita ir além do que cada uma é capaz de conseguir sozinha” (*idem, ibidem*).⁸

Avritzer examina os mesmos autores tendo como questão “o conceito de institucionalidade política e legal enquanto elemento central para uma teoria do reconhecimento” (Avritzer, p. 3). Argumenta, com ênfase, que o conceito de reconhecimento de Honneth é equivocado na medida em que

[...] a base da teoria de Honneth é o reconhecimento de uma estrutura que vai do indivíduo às relações sociais e da subjetividade às relações legais e econômicas, no qual todas as interações implicam um reconhecimento anterior do outro indivíduo ou do conjunto dos indivíduos como sujeitos. A questão, no entanto, que irá gerar uma teoria do reconhecimento não é essa afirmação com a qual é difícil de discordar

(Avritzer, 1996) e sim a tentativa de pensar se ela é capaz de gerar uma teoria social do reconhecimento (Avritzer, p. 9).

De forma diversa de Silva, Avritzer vê em Fraser o reconhecimento como

[...] uma categoria político-social porque o reconhecimento exige mais do que a ação intersubjetiva: ele exige a ação coletiva de movimentos que, ao questionarem padrões institucionais e legais de exclusão, sejam também capazes de propor novos padrões institucionais e legais de inclusão do reconhecimento como *status* (Avritzer, p. 14).⁹

O terceiro artigo trata do binômio distribuição/reconhecimento e tem uma característica peculiar: a tentativa de aplicar essas noções no estudo de associações populares lideradas por mulheres, na cidade de Porto Alegre, para geração de renda. Schulz utiliza-se de Fraser para examinar movimentos sociais específicos e aponta uma questão importante para quem trabalha com Teoria Crítica no Brasil:

Ao trazer a discussão para o Brasil, é fundamental destacar que as décadas finais do século XX e os anos iniciais do século XXI têm gerado instigantes debates em torno de ações afirmativas, de remédios afirmativos como diria Fraser, principalmente, remédios redistributivos, mas também de reconhecimento. Algumas ações vêm sendo implantadas, no caso do gênero há a lei de cotas para mulheres nas listas partidárias, sem dúvida uma política importante, reflexo de longas lutas feministas, mas claramente menos conflitiva do que outras, como por exemplo ações afirmativas com recorte étnico (Schulz, p. 18).

Também utilizando a noção de reconhecimento foi apresentado no GT um artigo que

trabalha com grafite *hip-hop* em São Paulo e Rio de Janeiro. Trata-se de um trabalho de pesquisa muito minucioso, que utiliza a noção de reconhecimento sem uma problematização teórica, fazendo, entretanto, um trabalho empírico rigoroso no que se aproxima do texto anterior:

Os grupos de grafite, rap e dança break se organizam por meio de associações, ações comunitárias, oficinas, intervenções públicas estéticas e políticas que os legitimam como protagonistas de um movimento ao mesmo tempo estético e social de inclusão das minorias. Nesse sentido, o hip-hop incorpora dimensões de luta por reconhecimento, promovendo a autoestima e a solidariedade entre grupos culturais periféricos na negociação, diálogo e confronto com a autoridade pública e os agentes institucionais (Ventura, p. 2).

Dois outros artigos margeiam o tema da distribuição e reconhecimento, sem, no entanto, aprofundar-se nos conceitos; interessa-lhes falar da exclusão. Um deles trabalha com a noção de desumanização, discutindo Hannah Arendt, Escorel e Robert Castel, entre outros. A questão da inclusão está muito ligada à do reconhecimento; na verdade, é uma condição anterior; a exclusão está próxima do apagamento, como apontam as autoras:

Assim a exclusão social pode ser analisada sob três esferas: da condição que o excluído vive objetivamente; da imagem desqualificante que ele cria de si mesmo, e por fim, da formação de um olhar estigmatizador dos demais sobre ele. Todas elas participam do processo a que nos referimos como desumanização (Frey e Leal, p. 7).

Próxima à noção de desumanização está a de intolerância tratada em um artigo que faz a

ligação entre esses conceitos e as lutas por reconhecimento:

Nas últimas décadas do século XX, principalmente a partir da controvérsia entre liberais e comunitaristas e das próprias *lutas por reconhecimento* (público, político, jurídico) das diferenças e particularidades (religiosas, culturais, étnicas, raciais, de gênero), o tratamento da questão dos limites da tolerância é retomado e adquire novas feições: o problema migra para o centro não apenas da teoria social e política contemporânea, mas da própria esfera pública e do discurso político mais amplo (Wesley, p. 4). (*grifo do autor*)

Teoria Crítica

Possivelmente, a categoria menos aceitável da classificação que venho sustentando neste artigo é a que se refere aos textos que tratam de Teoria Crítica, pois, na verdade, todos os textos até então classificados em outras categorias pertencem a esse campo. O que diferencia então os textos examinados a seguir? São análises, discussões e comentários acerca dessa grande teoria; não partem de temas ou autores específicos.

Nessa categoria foram identificados sete textos: (1) Sílvio César Camargo, “Capitalismo tardio e trabalho imaterial: há uma resposta na Teoria Crítica?” (2007); (2) Manuela Boatcã, “Neomarxismo e desigualdade” (2007); (3) Sérgio Costa, “Descentrando a Teoria Social: lições do Atlântico Negro” (2006); (4) Marcos Severino Nobre, “Sobre a relevância da distinção entre teoria tradicional e Teoria Crítica na atualidade (2005); (5) Maria da Glória Gohn, “Teoria(s) da ação social na análise dos movimentos sociais” (2007); (6) Claudia Faria, “Complexidade social e soberania popular” (2007); (7) Carlos Gadea, “A violência e as experiências coletivas de conflito” (2007).

O texto de Camargo sobre capitalismo tardio parte do questionamento da Teoria Crítica

no sentido estrito do termo, de dar conta do capitalismo tardio, que, para o autor, é a grande questão a ser analisada nas Ciências Sociais contemporâneas. Sua posição é clara na crítica que faz a Honneth já nas primeiras páginas:

Em que medida os que se afiliam à teoria crítica tem se empenhado em compreender tais transformações? Se nos ativermos ao núcleo frankfurtiano, cujo maior expoente hoje parece ser Axel Honneth e sua teoria da luta por reconhecimento (Honneth, 2003), encontraremos uma larga produção teórica que parece falhar justamente naquilo que foi sempre uma das grandes dificuldades da chamada Escola de Frankfurt, a compreensão da dimensão propriamente econômica do capitalismo, por isso o nosso desafio é pensarmos: de que modo a teoria crítica pensa o trabalho imaterial e o chamado capitalismo cognitivo? (Camargo, p. 3).

O segundo texto deste grupo busca o que chama de síntese criativa entre a Teoria Social pós-colonial e as análises de sistemas mundiais e da dependência para chegar a modelos que expliquem a desigualdade global. Boatcă discute a teoria da dependência, em suas diferentes versões e a teoria dos sistemas mundiais de Wallerstein, onde inclui também as teorias pós-coloniais. Conclui o artigo com as teses de Anibal Quijano, que aponta para a inexistência de uma totalidade coerente e para a necessidade do capitalismo de existir em meio a diferentes culturas, estruturas de poder e relações de produção. Boatcă conclui:

This conceptualization of coloniality as modernity's invisible foil is precisely what allows for a convergence between postcolonial studies on the one hand and dependency theory and world-systems analysis on the other. While both have emerged

out of a criticism of Western hegemony and Eurocentrism, their almost mutually exclusive explanations for these phenomena – cultural history in the case of postcolonial studies, the capitalist world-economy for the world-systems approach – have led them on divergent paths in the analysis of colonial differences” (Boatcă, p. 20).¹⁰

O terceiro texto busca, nas teses de Paul Gilroy sobre o Atlântico Negro, subsídios para construir uma teoria capaz de dar conta de contextos transnacionais, de caráter intrinsecamente múltiplo em todos os seus sentidos. Costa entende que a questão a ser enfrentada tem características muito complexas:

O que se quer sugerir é que as transformações presentes são de uma multiplicidade radical e qualquer tentativa de descrevê-las, através de uma categoria única, mesmo que abstrata e flexível, seleciona, arbitrariamente, algumas dinâmicas, deixando a descoberto outros movimentos igualmente relevantes. Por isso, não se deve procurar um eixo principal de transformação, em torno do qual orbitariam todas as demais dinâmicas. Há que se conviver com a impossibilidade de hierarquizar as transformações em curso e aceitar seu caráter diverso, plural e fragmentário. Do ponto de vista analítico, isso não significa naturalmente a capitulação diante da complexidade da globalização, implica, contudo, renunciar à tentação reducionista de fundir várias dinâmicas numa única categoria. Na verdade, são necessárias várias categorias para explicar processos que são múltiplos e não assimiláveis uns aos outros (Costa, p. 7).

É na necessidade de apreender a diversidade em suas múltiplas manifestações que Costa encontra resposta nos estudos sobre o Atlântico Negro, destacando deles três lições: a noção de

diáspora; a relação entre dinâmicas locais e globais; e o lugar dos corpos nas articulações políticas.¹¹

O quarto texto na verdade questiona a sua própria possibilidade de existência. Nobre parte da questão da não-concorrência entre a Teoria Crítica e a teoria tradicional, citando a crítica da economia política de Marx como um parâmetro da não-concorrência:

Para Marx, a “crítica da economia política” era um momento do movimento prático de emancipação da dominação, de modo que a crítica se torna possível porque sua luz provém do estado emancipado. Isso é necessário, nas palavras de Lukács em *História e consciência de classe*, porque “uma transformação radical do ponto de vista é impossível no solo da sociedade burguesa” (Lukács 1977: 286). Essa é também a razão pela qual a crítica da economia política *não concorre* com o conhecimento burguês (Nobre, p. 4). (*grifo do autor*)

Ao longo do texto, Nobre discute as obras de Habermas e as posições de Honeneth, Benhabib e Fraser para concluir que todos abriram mão de pensar uma sociedade não-burguesa e passaram a concorrer com outras soluções burguesas através de suas propostas. De maneira pessimista, conclui:

Dito isso, é possível que os novos posicionamentos no campo da teoria crítica no que diz respeito à pressuposição de não-concorrência descritos aqui indiquem também uma dificuldade real em distinguir hoje “teoria tradicional” e “teoria crítica”. É bastante razoável pensar que essa situação resulte dos desafios postos pela atual configuração dos movimentos sociais e de protesto em um contexto de “esgotamento das energias utópicas” (Nobre, p. 13).

Os três trabalhos restantes desta categoria ocupam-se de temas específicos. O de Gohn faz uma varredura na Teoria da Ação Social que trata dos movimentos sociais. Após um exame que cuida inclusive das variações ao longo dos anos, a autora constata a ausência da dimensão do político. Em suas palavras:

[...] no plano mais geral, tanto nas políticas públicas de inclusão dos movimentos sociais, pelo alto, como na análise da maioria dos cientistas sociais na atualidade que trabalham com o tema dos movimentos sociais, a dimensão do político foi esquecida ou negada. E esta dimensão é o espaço possível de construção histórica, de análise da tensão existente entre os diferentes sujeitos e agentes sócio-políticos em cena. A ação coletiva entre estes sujeitos abre e fecha horizontes (Gohn, p. 31).¹²

O texto seguinte, de Claudia Faria, tem característica semelhante: faz um apanhado geral da Teoria da Democracia, passando pelos clássicos e pelos contemporâneos, com o objetivo de examinar a relação entre a complexidade social e a prática de soberania popular. É o texto mais estrito à Ciência Política apresentado nesses três anos no GT.

Finalmente, um texto de Gadea discute a violência como forma legítima de conflito. Partindo das ideias de Laclau e Mouffe, critica Habermas:

Se a socialização se define como a “internalização de códigos sociais” concretos, pode-se dizer que a violência foi o produto de situações de conflito e relações de poder que traduzem a emergência de uma forte exteriorização do subjetivo (mundo da vida) em resposta a uma debilitada interiorização do objetivo (sistema). Diferentemente do pessimismo da Teoria Crítica, este novo contexto histórico parece

desenhar a possibilidade e a capacidade por sacudir-se da “colonização do mundo da vida pelo sistema” (Gadea, p. 12).

Notas Conclusivas

A título de conclusão, estaborecerei cinco pontos que me parecem pertinentes acerca do exposto até aqui.

1. A reflexão sobre a modernidade na produção acadêmica examinada é bastante densa e busca o entendimento da noção a partir da incorporação da análise de contextos diferenciados e de incorporação de perspectivas inovadoras, como é exemplo o conceito de *Atlântico Negro*. A modernidade é tratada como trazendo em si a possibilidade real de emancipação e isto é uma questão importante, que merece ser levada em consideração. Neste aspecto, há um corte bastante visível entre os trabalhos de inspiração marxista e os trabalhos que tratam de uma Teoria Crítica que eu chamaria de contemporânea, que parte muitas das vezes de Frankfurt e incorpora um conjunto importante de autores atuais, inclusive pós-estruturalistas. Os primeiros pensam a modernidade como um projeto que não se realizou, o que descaracteriza, em última instância, as qualidades positivas de processos democráticos. Os demais entendem a modernidade como uma realização complexa, híbrida e com possibilidades de provocar as condições da emancipação.

2. A Teoria Crítica, quando tratada nos artigos, se aproxima muito da posição dos autores em relação à própria modernidade e, por conseguinte, torna-se a Teoria da Modernidade, que deve dar conta de sua complexidade. Sua desqualificação como diferente da teoria tradicional, aparece nos textos teoricamente embasados no marxismo clássico.

3. A produção examinada dá significativa centralidade às questões referentes a distribuição, reconhecimento, exclusão, inclusão e tolerância. A polêmica Honneth-Fraser ocupa lugar importante no debate do GT. É nesta área que o caráter normativo da Teoria Crítica se apresenta com mais força nos trabalhos. É interessante observar tal incidência, pois este caráter normativo parece ter se deslocado das teorias da democracia para as teorias do reconhecimento.

4. Tendo em consideração estes três pontos, faço algumas observações. A primeira delas diz respeito à necessidade de aproximação das teses sobre distribuição, reconhecimento, inclusão, exclusão e tolerância das teorias da democracia. A segunda é de que seria bom pensar na reintrodução da questão do Estado, em seu sentido lato, nas discussões da Teoria Crítica. É visível sua ausência nos artigos examinados, nem sequer é citado; na melhor das hipóteses, fala-se de espaço político, campo político. Possivelmente, isso se deveu à presença recorrente nos textos da noção de globalização e o conseqüente descentramento da problemática do espaço político do Estado-nação em relação ao cenário mundial.

5. Finalmente, se faz necessária uma decisiva pauta de pesquisa em relação ao Brasil e à América Latina, tanto no sentido analítico da teoria, como no de suas virtudes normativas. Esses locais aparecem nos artigos como exemplos que contextualizam a teoria, ou como experiências que por si só seriam capazes de dispensar a teoria. Urge o aprofundamento na questão brasileira, o que, sem dúvida, aconteceu em relação à questão da democracia em décadas passadas, mas que se arrefeceu na segunda metade da década deste novo século.

Notas

- 1 Esta classificação levou em conta a questão dominante de cada *paper*. Muitos deles poderiam ter sido classificados em duas categorias. Minha estratégia de colocar um ou outro em cada categoria tem, certamente, um grau, nada desprezível, de aleatoriedade, mas atende aos propósitos deste texto.
- 2 Também há trabalhos que abordam Heidegger, Gramsci, Mannheim, Raws, Gino Germani, Tocqueville e Goffman.
- 3 Destes 25, dois ficaram fora da análise: um por ter um tema completamente divergente e outro por ser de minha autoria.
- 4 Alguns desses textos são de autores com tradição no GT, cujos trabalhos se inserem em uma discussão mais ampla, tanto na Teoria Social brasileira como em suas trajetórias pessoais. Outros são textos de autores que compareceram eventualmente ao GT ou que estão começando suas carreiras acadêmicas. Ao longo do artigo, entretanto, não farei essas delimitações, o que poderia gerar hierarquias problemáticas e pouco contribuiria para o painel que pretendo traçar. Obras significativas desses autores estão referenciadas em notas de rodapé. É mister lembrar que este trabalho é datado, podendo, portanto, não abarcar alguma obra nova e importante que tenha sido editada posteriormente.
- 5 As fontes dos artigos são CDs-Rom dos GT e o *site* da Anpocs.
- 6 A diferença entre o número disposto na Tabela 2 e os trabalhos analisados deve-se à disponibilidade de encontrar ou não textos completos.
- 7 Sobre o tema, ver também Domingues (1999, 2002).
- 8 Ver também, a esse respeito, Silva (2008).
- 9 Ver também Avritzer e Domingues (2000).
- 10 “Essa conceituação de colonialidade como anteparo da modernidade invisível é precisamente o que permite a convergência entre os estudos pós-coloniais por um lado e a teoria da dependência e a análise de sistemas por outro. Enquanto ambos emergiram da crítica da hegemonia do Ocidente e do eurocentrismo, suas quase mutuamente exclusivas explanações para esses fenômenos – história cultural, no caso dos estudos pós-coloniais, da economia mundial capitalista para a perspectiva dos sistemas-mundo – os têm levado a padrões divergentes na análise das diferenças coloniais.” (tradução própria)
- 11 Ver também, a esse respeito, Costa (2006b).
- 12 Ver também, a esse respeito, Gohn (1997, 2008).

Bibliografia

- AVRITZER, Leonardo (2007), “Do reconhecimento do *self* a uma política institucional de reconhecimento”, in Seminário Temático Teoria Social: a Atualidade Brasileira, Encontro Anual da Anpocs, 31, 2007, Caxambu, MG, Anpocs. *Anais...* Disponível em: <www.anpocs.org.br>.

- AVRITZER, Leonardo; DOMINGUES, José Maurício (2000), *Teoria Social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- BOATCÃ, Manuela (2007), “Neomarxismo e desigualdade”, *in* Seminário Temático Teoria Social: a Atualidade Brasileira, Encontro Anual da Anpocs, 31, 2007, Caxambu, MG, Anpocs. *Anais...* Disponível em: <www.anpocs.org.br>.
- CAMARGO, Sílvio César (2007), “Capitalismo tardio e trabalho imaterial: há uma resposta na Teoria Crítica?”, *in* Seminário Temático Teoria Social: a Atualidade Brasileira, Encontro Anual da Anpocs, 31, 2007, Caxambu, MG, Anpocs. *Anais...* Disponível em: <www.anpocs.org.br>.
- COSTA, Sergio (2006a), “Descentrando a Teoria Social: lições do Atlântico Negro”, *in* Grupo de Trabalho 25 – Teoria Social e a multiplicidade da modernidade, Encontro Anual da Anpocs, 30, 2006, Caxambu, MG, Anpocs. *Anais...* [CD-Rom]
- _____. (2006b), *Dois Atlânticos. Teoria Social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- DEFFACCI, Fabricio Antonio; CEPÊDA, Vera Alves (2007), “Entre o indivíduo e a estrutura social – a ontologia social em Karl Mannheim”, *in* Seminário Temático Teoria Social: a Atualidade Brasileira, Encontro Anual da Anpocs, 31, 2007, Caxambu, MG, Anpocs. *Anais...* Disponível em: <www.anpocs.org.br>.
- DOMINGUES, José Maurício (1999), *Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro, Contracapa.
- _____. (2002), *Interpretando a modernidade: imaginário e instituições*. Rio de Janeiro, FGV.
- _____. (2005), “A sociologia brasileira, a América Latina e a terceira fase da modernidade”, *in* Grupo de Trabalho 25 – Teoria Social e a multiplicidade da modernidade, Encontro Anual da Anpocs, 29, 2005, Caxambu, MG, Anpocs. *Anais...* [CD-Rom]
- DYMETMAN, Annie (2005), “Excessos da modernidade: exceção e razão dualista”, *in* Grupo de Trabalho 25 – Teoria Social e a multiplicidade da modernidade, Encontro Anual da Anpocs, 29, 2005, Caxambu, MG, Anpocs. *Anais...* [CD-Rom]
- FARIA, Claudia (2007), “Complexidade social e soberania popular”, *in* Seminário Temático Teoria Social: a Atualidade Brasileira, Encontro Anual da Anpocs, 31, 2007, Caxambu, MG, Anpocs. *Anais...* Disponível em: <www.anpocs.org.br>.
- FRASER, Nancy; HONNETH, Alex (2003), *Redistribution or Recognition? A political-philosophical Exchange*. Londres, Verso.
- FREY, Luci; LEAL, Giuliana (2006), “Sobre a desumanização do outro: algumas contribuições para a compreensão dos processos de estranhamento e exclusão”, *in* Grupo de Trabalho 25 – Teoria Social e a multiplicidade da modernidade, Encontro Anual da Anpocs, 30, 2006, Caxambu, MG, Anpocs. *Anais...* [CD-Rom]
- GADEA, Carlos Alfredo (2005), “A dinâmica da modernidade na América Latina. Sociabilidades, institucionalização e disciplinamento”, *in* Grupo de Trabalho 25 – Teoria Social e a multipli-

- cidade da modernidade, Encontro Anual da Anpocs, 29, 2005, Caxambu, MG, Anpocs. *Anais...* [CD-Rom]
- _____. (2007), “A violência e as experiências coletivas de conflito”, *in* Seminário Temático Teoria Social: a Atualidade Brasileira, Encontro Anual da Anpocs, 31, 2007, Caxambu, MG, Anpocs. *Anais...* Disponível em: <www.anpocs.org.br>.
- GOHN, Maria da Glória (1997), *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo, Loyola.
- _____. (2007), “Teoria(s) da ação social na análise dos movimentos sociais”, *in* Seminário Temático Teoria Social: a Atualidade Brasileira, Encontro Anual da Anpocs, 31, 2007, Caxambu, MG, Anpocs. *Anais...* Disponível em: <www.anpocs.org.br>.
- _____. (2008), *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo, Loyola.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio (2005), “Resistência e revolta nos 1960: Abdias do Nascimento”, *in* Grupo de Trabalho 25 – Teoria Social e a multiplicidade da modernidade, Encontro Anual da Anpocs, 29, 2005, Caxambu, MG, Anpocs. *Anais...* [CD-Rom]
- NOBRE, Marcos Severino (2005), “Sobre a relevância da distinção entre teoria tradicional e Teoria Crítica na atualidade”, *in* Grupo de Trabalho 25 – Teoria Social e a multiplicidade da modernidade, Encontro Anual da Anpocs, 29, 2005, Caxambu, MG, Anpocs. *Anais...* [CD-Rom]
- PETERS, Gabriel (2006), “Teoria crítica e sofrimento a distância (ou notas sobre o problema da responsabilidade na era da modernidade global)”, *in* Grupo de Trabalho 25 – Teoria Social e a multiplicidade da modernidade, Encontro Anual da Anpocs, 30, 2006, Caxambu, MG, Anpocs. *Anais...* [CD-Rom]
- _____. (2007), “O problema do neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu”, *in* Seminário Temático Teoria Social: a Atualidade Brasileira, Encontro Anual da Anpocs, 31, 2007, Caxambu, MG, Anpocs. *Anais...* Disponível em: <www.anpocs.org.br>.
- PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira (2005), “Em busca da forma elementar da modernidade religiosa”, *in* Grupo de Trabalho 25 – Teoria Social e a multiplicidade da modernidade, Encontro Anual da Anpocs, 29, 2005, Caxambu, MG, Anpocs. *Anais...* [CD-Rom]
- PUTTINI, Rodolfo Franco (2007), “Aproximações entre a teoria do *habitus* de Pierre Bourdieu e o conceito de cultura de Antonio Gramsci”, *in* Seminário Temático Teoria Social: a Atualidade Brasileira, Encontro Anual da Anpocs, 31, 2007, Caxambu, MG, Anpocs. *Anais...* Disponível em: <www.anpocs.org.br>.
- RATTON, José Luiz; ZAMBONI-RATTON, Marcela (2006), “Confiança, normalidade e interação: aproximações entre Simmel e Goffman”, *in* Grupo de Trabalho 25 – Teoria Social e a multiplicidade da modernidade, Encontro Anual da Anpocs, 30, 2006, Caxambu, MG, Anpocs. *Anais...* [CD-Rom]
- SCHULZ, Rosângela (2007), “O dilema redistribuição-reconhecimento na investigação da associação de geração”, *in* Seminário Temático Teoria Social: a Atualidade Brasileira, Encontro Anual da Anpocs, 31, 2007, Caxambu, MG, Anpocs. *Anais...* Disponível em: <www.anpocs.org.br>.

SELL, Carlos Eduardo; BRÛSEKE, Franz Josef (2006), "Heidegger, Teoria Social e modernidade", *in* Grupo de Trabalho 25 – Teoria Social e a multiplicidade da modernidade, Encontro Anual da Anpocs, 30, 2006, Caxambu, MG, Anpocs. *Anais...* [CD-Rom]

SILVA, Artur Stamford da (2007), "A semântica social luhanniana: para uma superação da dicotomia ordem e mudança social", *in* Seminário Temático Teoria Social: a Atualidade Brasileira, Encontro Anual da Anpocs, 31, 2007, Caxambu, MG, Anpocs. *Anais...* Disponível em: <www.anpocs.org.br>.

SILVA, Josué Pereira da (2005), "Teoria crítica na modernidade tardia: sobre a relação entre reconhecimento e redistribuição", *in* Grupo de Trabalho 25 – Teoria Social e a multiplicidade da modernidade, Encontro Anual da Anpocs, 29, 2005, Caxambu, MG, Anpocs. *Anais...* [CD-Rom]

_____. (2008), *Trabalho, cidadania e reconhecimento*. São Paulo, Annablume.

VENTURA, Tereza (2006), "Cultura de rua: reconhecimento e inclusão social – São Paulo e Rio de Janeiro", *in* Grupo de Trabalho 25 – Teoria Social e a multiplicidade da modernidade, Encontro Anual da Anpocs, 30, 2006, Caxambu, MG, Anpocs. *Anais...* [CD-Rom]

WERLE, Denilson Luís (2006), "Tolerância, democracia e os limites do uso público da razão", *in* Grupo de Trabalho 25 – Teoria Social e a multiplicidade da modernidade, Encontro Anual da Anpocs, 30, 2006, Caxambu, MG, Anpocs. *Anais...* [CD-Rom]

Artigo recebido em fevereiro/2009

Aprovado em março/2009

Resumo

Por onde Andou a Teoria Crítica no Brasil? (O GT de Teoria Social na Anpocs)

O artigo tem como objetivo levantar as principais questões da Teoria Crítica tratadas no Brasil na última década, examinando um conjunto de artigos apresentados no Grupo de Trabalho de Teoria Social da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). Na primeira parte do trabalho, foi elaborada uma listagem dos principais temas tratados no grupo ao longo de seus dez anos de existência. Na segunda, foi examinado, mais cuidadosamente, os trabalhos apresentados nos anos 2005, 2006 e 2007, tomando os seguintes temas como referência: modernidade; redistribuição e reconhecimento; autores; Teoria Crítica em si.

Palavras-chave: Teoria Crítica; Modernidade; Redistribuição; Reconhecimento; Sociologia brasileira.

Abstract

The Whereabouts of Critical Theory in Brazil (The Work Group on Social Theory in Anpocs)

The article has as goal to raise the main questions of the Critical Theory that have been dealt with in Brazil, in the last decade, examining a set of papers presented in the Work Group on Social Theory at the National Association of Graduate Studies and Research in Social Science. In the first part of the article a list of the main themes that have been presented in the Group in its ten years of existence is presented.

In the second part we carefully examine the articles presented in the years 2005, 2006, and 2007, the following themes been taken as reference: modernity; redistribution and recognition; authors; critical theory itself.

Keywords: Critical Theory; Modernity; Redistribution; Recognition, Brazilian Sociology.

Resumé

Où est passée la théorie critique au Brésil? (Le Groupe de Travail de la Théorie Sociale de l'Anpocs)

L'objectif de cet article est d'exposer les principales questions qui ont été abordées au Brésil, au long de cette dernière décennie, à propos de la Théorie Critique. Toute une série d'articles présentés au sein du Groupe de Travail de la Théorie Sociale de l'Association Nationale de Post-Graduation et de Recherche en Sciences Sociales (Anpocs) est examinée. La première partie du travail propose une liste des principaux thèmes traités par le groupe tout au long de ses dix années d'existence. Dans la seconde, les travaux présentés en 2005, 2006 et 2007 sont attentivement analysés. Les thèmes suivants ont été utilisés comme repères: modernité; redistribution et reconnaissance; auteurs; Théorie Critique en soi.

Mots-clés: Théorie Critique; Modernité; Redistribution; Reconnaissance; Sociologie brésilienne.